

Os partidos não existem, mas os homens se entendem

LUIZ CARLOS LISBOA

"Nossos partidos não têm unidade. É melhor que os homens se entendam." A opinião de um deputado Constituinte, há dois dias a favor do trabalho do grupo superpartidário que está tentando dar uma forma razoável ao anteprojeto da Constituição, desvela não apenas o recalcado individualismo da vida pública brasileira, como confirma o clima de crise em que a maioria dos nossos políticos (legisladores, constituintes, administradores, postulantés) acostumou-se a trabalhar, oriundo pela ação e pela omissão o Golem monstruoso que está sendo criado na Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte pelo agrupamento que se autodenomina "de consenso". Que os nossos partidos não têm unidade, é mais que verdade, porque eles nunca foram muito além de associações promotoras da política como profissão e carreira, e porque o País sempre foi tolerante e muito desinformado a respeito de idéias. Quanto aos homens se entenderem, isso tem acontecido na prevenção de desastres, e assim mesmo com grandes atrasos.

Os partidos, as convenções, as unidades administrativas têm funcionado aqui a duras penas, porque todo concerto é difícil, onde muitos falam e ninguém escuta, onde os compromissos gozam de pouco prestígio e a coletividade é vista como inimiga da individualidade. Agora que um punhado de homens resolveu trabalhar para sanar uma emergência, o projeto da Carta será com certeza beneficiado, até que a tarefa exija de novo um espírito de assembléia e as vontades tenham de ser coligadas num trabalho harmonioso. No momento, o "grupo do consenso" conseguiu evitar no seu esboço de Carta os erros do anteprojeto antigo. A supressão da anistia-prêmio para os militares, a modificação do capítulo relativo à reforma tributária, a remoção das disposições transitórias que criavam sete novos Estados e a desintegração da que dispunha indevidamente, porque essa é matéria de lei ordinária, sobre o sistema financeiro — essas mudanças aconteceram depressa e eficientemente, quando alguns homens se entenderam, esquecidos de que pertenciam a partidos, a agremiações desprovidas de idéias, mas ricas em restrições burocratizantes e detalhes inúteis.

Isso não prova, com certeza, que a ação individualizada é melhor que a organizada coletivamente. Bem ao contrário, o que se conclui daquela experiência (que pode acabar quando o primeiro entusiasmo for dissipado) é que a energia própria de um grande corpo de idéias seria apreciável fonte criativa nos campos da legislação, da justiça e do bem-estar social. Isso não virá a tempo de enriquecer a Constituição em preparo, mas deixará na experiência do País um registro de sucesso possível através do trabalho de grupo. Na Assembléia Nacional Constituinte, agora

que todos os parlamentares podem apresentar emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, o individualismo habitual será um pouco mais massageado, mas considerando-se o estado deplorável do que se deseja modificar (o anteprojeto Golem, ou Frankenstein), o exercício é benfazejo. Depois, se essas emendas fossem deixadas todas para espocar no plenário, como previa o regimento interno, as cócegas populistas seriam maiores e mais irresistíveis — com seu corolário inevitável de caprichos pessoais e estreitismo. O roteiro constitucional que vai resultar da operosidade do "grupo de consenso" pode ser motivo de gratidão nacional no futuro, mas quando nada, será um ensaio animador do que pode ser feito conjuntamente, sem a subordinação prévia aos rótulos partidários vazios e à vinculação ideológica que amesquinha.

O esboço de Carta Magna anorado na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte é o retrato que Dorian Grey escondeu no sótão, revelador das mazelas que seu belo rosto não mostra, como nossa bulhosa vida política também disfarça. Quando os partidos deixaram de esculpir o corpo medonho, guardando-o na geladeira sistematizadora da Assembléia, o anteprojeto assustou o País com sua fealdade. Um dia, finalmente, o descontentamento generalizado inspirou alguns constituintes a modificar o regimento no sentido de livrar o deputado Cabral da missão ingrata de trazer um único substitutivo à votação do plenário, ficando liberada a criatividade e dispensada a coreografia nacional-demagógica. "Nossos partidos não têm unidade, é melhor que os homens se entendam". Pensando e agindo como pessoas, eles certamente se entenderão, mas não se pode afirmar que isso seja fácil, numa elaborada e tortuosa carreira política neste país. A boca deformada pelo cachimbo não volta ao lugar senão com esforço, quando isso tem jeito. As recaídas serão frequentes e a tentação de agradar o maior número (com a afirmação mais estúpida, na ilusão de que a massa não é inteligente) pode reinclinar teimosamente.

Para essa Constituição talvez seja tarde demais, mas algum dia os partidos no Brasil vão ter personalidade própria e pensamento particularizado. Quando isso acontecer, será fácil dialogar e compor com outras agremiações, visando o interesse público. Antes, temos de nos conformar com essas confusas associações de classe (defensoras dos interesses de sua tribo) que ostentam siglas arbitrárias ou defendem programas redigidos no Exterior, e que nunca deviam ser confundidas com partidos políticos. Enquanto esse dia não chega, estarão agindo individualmente, ou em grupos superpartidários, os que não se conformam com o imobilismo incompetente que se impôs à vida política nacional, em nome de um antigo ritual que pretende chamar-se Política, mas que com maior justiça seria chamado de carreira.